

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 042

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE MAIO DE 1999**
(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 255/98

Acrescente-se o § 5º ao artigo 20, modificando com isso o inciso VI do artigo 36, do Projeto de Lei nº 255/98:

“Art. 20 - ...

§ 5º - Não é aplicável a cobrança da concessão do direito de uso se os recursos hídricos provierem de aquífero subterrâneo e forem extraído às expensas do usuário, cabendo-lhe também os encargos da elaboração e execução de Projeto Técnico, normatizando o tratamento de efluentes domésticos ou industriais, que devem ser infiltrados no próprio terreno do usuário, sem contato com mananciais de superfície. Para este efeito, o volume de água a ser devolvido ao subsolo terá que alcançar pelo menos a metade do que dele foi extraído.”

O inciso VI do artigo 36 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 36 - ...

VI - propor à autoridade competente do Poder Executivo Estadual: a) identificação dos represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; b) concessão do direito de uso, sem ônus, de recursos hídricos extraídos de aquífero subterrâneo, para os efeitos do § 5º do artigo 20, após o exame e aprovação de Projeto de Captação, Utilização e Tratamento de Água, a ser executado e mantido às expensas do usuário, suscetível de cancelamento da outorga e aplicação de sanções se houver descumprimento das normas do projeto.”

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Belinati, Hidekazu Takayama, Edson Praczyk, Ricardo Maia, Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei estipula que está sujeito à outorga pelo Poder Público o direito de uso de recursos hídricos provenientes de “extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo” (art. 13,II).

Estão também capituladas no Projeto de Lei as regras e fatores para o cálculo do valor a ser cobrado pela concessão do direito de uso de recursos hídricos (arts. 20 e 21).

O Projeto de Lei prevê, igualmente, que os “represamentos, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes” sejam isentos da “obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos” (art. 13, § 1º e inciso VI do art. 36).

Faltou, todavia, no Projeto de Lei nº 255/98 prever os casos em que o usuário-outorgado, às

suas exclusivas expensas, extrai os recursos hídricos de aquíferos subterrâneos, utiliza-os para consumo final ou como insumo industrial e, depois de promover o tratamento técnico-sanitário adequado dos afluentes, devolve a água, por infiltração, ao próprio subsolo do qual foi tirada, em volume igual ou superior ao extraído.

Na situação aqui ventilada é justo que o usuário receba a outorga da concessão do direito de uso dos recursos hídricos, sem ônus, desde que submeta previamente à análise e aprovação Projeto Técnico de Captação, Utilização e Tratamento de Água.

A Emenda prevê a hipótese de descumprimento das normas técnicas do projeto, circunstância em que será cancelada a desoneração e aplicadas as sanções cabíveis.

A desoneração aqui proposta justifica-se plenamente, como compensação aos dispendiosos gastos do usuário, extraíndo água de aquífero subterrâneo, submetendo-a a tratamento após o uso e finalmente devolvendo-a por infiltração ao subsolo, devidamente tratada.

Note-se que na hipótese aqui contemplada a água será consumida e usada apenas como insumo e não como matéria-prima, preponderante, tal qual ocorre na fabricação de cerveja e refrigerantes.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a presente proposição.

Indicação:

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão composta por 07 (sete) Deputados, para estudar, analisar e dar parecer conclusivo sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Peritos Independentes contratados pelo DER para Análise das Concessões do Anel de Integração e, tomar outras providências e pareceres que se fizerem necessários.

Sendo que esta Comissão será composta pelos seguintes Senhores Deputados: Durval Amaral, Ademar Traiano, Tony Garcia, Edson Strapasson, Antonio Baratter, Ângelo Vanhoni e Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) DURVAL AMARAL

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Hospital de Polícia Militar do Estado do Paraná, alusivos à inauguração da Unidade de Terapia Intensiva, no dia 11 de maio próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Tenente Coronel Marco Paulo Rauth, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Prefeito Osmar Sabbag, 894, Centenário, CEP: 80210-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações pelo Dia Mundial do Enfermeiro, comemorado nesta data.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente do Conselho Regional de Enfermagem, Rosi Maria Kock, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, nº 279, 7º andar, CEP: 80020-310, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Casa da Madeira, alusivos a brilhante participação na XVI Feira do Lar e Decoração, realizado de 1º a 9 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Senhor Lauro de Souza, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Manoel Ribas, 5225, CEP: 82020-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Henrique Chesneau Lenz Cesar, pela comemoração, em 12.05.99 de seu 70º aniversário.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está em festa - o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Dr. Henrique Chesneau Lenz Cesar, comemora em data de hoje (12.05.99) seu 70º aniversário.

Homem de grande caráter, nasceu em nossa capital em 12 de maio de 1929, filho do Professor e Doutor Luiz Lenz de Araújo Cesar e da Professora Maria Chesneau Lenz Cesar, fundadores e proprietários dos extintos e tradicionais Colégios Escola Americana e Colégio Belmiro Cesar onde também exerceu o magistério.

É casado com a Sra. Rachel de Paula Lenz Cesar e tem quatro filhos: Henrique Filho, Lélia, Luiz Alberto e Sílvia.

Formou-se em Direito em 1951 pela Universidade Federal do Paraná e bacharelou-se em letras Neo-Latinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná em 1953. Especializou-se em Direito Privado e Penal pela Universidade do Chile.

Ingressou no Ministério Público no mesmo ano em que formou - 1957, como Promotor, trabalhando em São José dos Pinhais, Tomazina, Pitanga, Bocaiúva do Sul, Mandaguari, Castro, Campo Largo e Paranaguá, tendo sido promovido por merecimento à nossa Capital em 1964 e promovido à Procuradoria da Justiça em 1968. Exerceu as funções de Corregedor do Ministério Público de 1974 a 1978 e integrou o Conselho Superior do Ministério Público em várias gestões como Presidente Conselheiro. Foi Procurador Geral da Justiça de 1979 a 1982. Foi Conselheiro da OAB - Seção Paraná em várias gestões (eleito por 6 biênios).

Exerceu diversos cargos de grande importância, tendo sido eleito como Corregedor Geral da Justiça no biênio 91/92. Em 1996, foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para o biênio 97/98. Por duas vezes, exerceu o cargo de Governador do nosso Estado.

Membro do Centro Paranaense de Letras, já recebeu inúmeras e merecidas homenagens, não só do nosso Estado, como de outros estados do nosso país.

Desnecessário se faz, falar de seu grande caráter, elevado espírito social, dedicação extrema ao trabalho e às causas do nosso Estado. Possuidor de personalidade marcante, o Dr. Henrique

Chesneau Lenz Cesar é homem dos mais valorosos do nosso Paraná. Somos privilegiados de tê-lo como companheiro de trabalho na vida pública.

Pela comemoração de seus 70 anos, receba o Dr. Henrique Chesneau Lenz Cesar, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, ao Sindicato dos Enfermeiros (Rua Cândido Lopes, 289, 15º andar) e ao Conselho Regional de Enfermagem - COREN (Rua XV de Novembro, 297 - 7º andar) pela comemoração do Dia do Enfermeiro, em data da 12 de maio.

Sala de Sessões, 12.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 12 de maio comemora-se o Dia do Enfermeiro. No Paraná, são 3.772 Enfermeiros, 1.653 Técnicos de Enfermagem, 17.531 Auxiliares de Enfermagem e 821 Atendentes de Enfermagem, distribuídos em cerca de 3.000 estabelecimentos na área de saúde.

Estes profissionais, que muitas vezes nos passam despercebidos quando estamos numa casa de saúde são os verdadeiros anjos da guarda dos que ali estão internados. Por trás daquele olhar sereno, do impecável uniforme, da interminável paciência e dos gestos precisos, está um ser humano com grande valor - ser enfermeiro é mais que uma vocação: é um Dom de Deus. Muitas vezes sem família, são nossas companhias, fazendo muito além do seu trabalho - escutando os problemas dos pacientes, dando-lhes atenção e carinho. São profissionais que trabalham com o coração, pois fazem pelos desconhecidos que estão sob seus cuidados, muito mais do que suas famílias fariam - atendendo constantemente, dando-lhes cuidados especiais, efetuando procedimentos que salvam vidas.

Os enfermeiros são o verdadeiro pelotão de guerra contra as enfermidades e a favor da rápida recuperação dos pacientes. Muitas vezes, com grandes problemas em suas próprias vidas, "esquecem-os" durante suas horas de trabalho, sensíveis aos problemas de saúde daquelas que ali estão.

Os médicos, com sua sabedoria de curar, confiam a estes verdadeiros guardiões seus pacientes. As famílias, impossibilitadas de atender seus parentes, deixam-nos nas mãos dos enfermeiros, que deles cuidam como se fossem seus próprios filhos, seus próprios pais, seus próprios irmãos...

Aos enfermeiros, verdadeira luz divina, conforto dos que estão nas casas de saúde, recebam o

nosso agradecimento e os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos legislativos de votos de congratulações à Marcia Oliveira Santos Gaspar pela posse no Conselho Estadual da Mulher do Paraná.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada a nossa homenageada na Prefeitura Municipal de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Primeira Dama de Jacarezinho, Márcia Oliveira Santos Gaspar, tem realizado trabalho no PROVOPAR Municipal e em outros setores da municipalidade, que a destacaram no cenário político do Norte Pioneiro.

Fruto do reconhecimento deste trabalho, a Secretária da Criança e Assuntos da Família, Fany Lerner, realizou convite para que Dona Márcia traga sua experiência ao Conselho Estadual da Mulher, entidade que tem como objetivo promover políticas que visem eliminar a discriminação da mulher.

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos Legislativo de Votos de Congratulações ao Senhor Pier Máximo Nota, Diretor Geral da Revista Cidades do Brasil.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada ao nossa homenageado na Av. Nossa Senhora da Luz, 1294 - Hugo Lange, nesta capital.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Pier Máximo Nota é dos mais destacados publicitários de nosso Estado. Seu trabalho é reconhecido por todos, tendo já conquistado diversos prêmios em sua vida profissional.

Agora, parte para um novo desafio: O de editar uma Revista que irá mostrar a realidade das cidades brasileiras.

A julgar pela 1ª edição, estamos diante de um novo sucesso na brilhante carreira de Pier Máximo Nota. A revista, bem paginada, e com excelente roteiro de notícias traz reportagens interessantes

sobre experiências de cidades como Salvador, Camboiú, Brasília e Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos legislativo de votos de congratulações ao Senhor Marcos Elias Traad da Silva, presidente da Associação de Zootecnistas.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicada ao nosso homenageado na Rua Brasília Itiberê, 356, Cep. 80.210-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A evolução da produção animal nestas três últimas décadas tem sido impulsionadas pelo trabalho desenvolvido por Zootecnistas, profissionais com qualificação específica para o desenvolvimento de sistemas de produção pecuários sustentáveis.

Com a crescente demanda pelos produtos pecuários, deve-se enaltecer o trabalho de profissionais ligados a este segmento, entre os quais está o Zootecnista. No Estado do Paraná, já é sabido que um terço do Valor Bruto da Produção Agropecuária provém da criação animal, o que demanda a sua importância econômica e social.

No próximo dia 13 de maio, comemora-se Trigesimo Terceiro aniversário da criação do primeiro Curso de Zootecnia do país e entendemos ser justo o Poder Legislativo do Estado homenagear estes profissionais que prestam relevantes serviços à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido voto de congratulações à Associação Recreativa dos Homens do Trabalho, em nome do Presidente Waldir Camilo, de sua diretoria, funcionários e associados, na Rua Maquinista Eleodoro Jacinto, 65 Ponta Grossa, pela construção do Centro Poli-Esportivo Presidente Ayrton Assis, o qual proporcionará à família dos associados bem como ao bairro de Vila Oficinas e Região um maior entrosamento, pois é sabido que esta Associação é participante de todas as iniciativas esportivas amadoras do esporte de salão, emprestando suas dependências ao poder público e a sociedade de um modo geral.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje voto de congratulações ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Guaratuba Everson Ambrósio Kravtz e ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal Cláudio Nazário da Silva, pelo transcurso do 228º aniversário de emancipação do Município de Guaratuba, ocorrido em 29 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Guaratuba é um dos mais antigos municípios do Estado, estando entre os cinco que foram fundados no regime colonial. Seus iniciais moradores se estabeleceram por aqui em 1656, por conta do capitão-mor Gabriel de Lara.

Em 05 de dezembro de 1765, D. Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo, determinou a formação de um povoado na enseada de Guaratuba. Esta tarefa foi entregue a Afonso Botelho de San Payo e Souza, que para colocá-la em prática requisitou duzentos casais de trabalhadores, que se dispuseram a cultivar a terra descoberta. Na verdade o povoado já era centenário, o que se objetivou foi seu incremento social, cultural e econômico.

Nesta época o Governo da Capitania de São Paulo necessitava de apoio político e institucional. Os espanhóis rondavam a costa brasileira, e ante a tentativa de ocupação da Ilha de Santa Catarina, houve por bem precaver-se na sua zona meridional. Desta forma decidiu-se pela elevação do povoado a categoria de vila.

Em 30 de abril de 1770, com a aprovação do tenente coronel Afonso Botelho, foi eleita a primeira Câmara Municipal, que ficou assim constituída: Antônio Carvalho Bueno (presidente), Antônio de Oliveira, Manoel de Miranda Coutinho (Procurador do Conselho), Joseh Martins Ferreira (escrivão), Constantino José Cardoso (Tabelião). No ato solene, foram empossados pelos Camaristas de Francisco do Sul, uma das mais antigas do Brasil.

Em 29 de abril de 1771, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha. Neste dia aconteceu grandiosa festa, que culminou com a celebração da Santa Missa pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro, secundado pelo frei João Santana Flores e frei Francisco Borges. Por muitos anos foram os Camaristas que dirigiram os destinos do povo guaratubano, até que por conta da Proclamação da República, um outro regime político passou a vigorar.

Em 20 de outubro de 1938, por força do Decreto Lei Estadual nº 7.573, foi extinto o município de Guaratuba, passando a ser distrito, como território pertencente a Paranaguá. Somente no dia 10 de outubro de 1947, pela Lei nº 02, é que foi restaurada a autonomia municipal, sendo reinstalada no dia 25 de outubro do mesmo ano. Desta nova fase política, o primeiro prefeito municipal foi o Sr. Berilo da Cunha Padilha.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja expedida correspondência ao Prefeito Municipal Excelentíssimo Senhor Everson Ambrósio Kravetz, Av. 29 de abril nº 425 Cep. 83.280-000 - Guaratuba/PR e ao Presidente da Câmara Municipal Excelentíssimo Senhor Cláudio Nazário da Silva, Rua Capitão João Pedro nº 195 Cep. 83.280-000 Guaratuba/PR.

REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje voto de congratulações ao Desembargador Joerling Joely Cordeiro Cleve, nomeado para o novo cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Guarapuava, em 31 de julho de 1932, Joerling Cordeiro Cleve formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Exerceu a advocacia de 1957 a 1966, foi Promotor de Justiça interino, em 1961, na comarca de Pitanga.

Nomeado Juiz substituto em 1996, atuou nas comarcas de Foz do Iguaçu, Pato Branco e União da Vitória. Após segundo concurso, assumiu como titular da comarca de Piraí do Sul em 1967, passando ainda pelas comarcas de Ivaiporã e Guarapuava até ser removido para a Capital, por merecimento em 1978. Também por merecimento, foi promovido para o Tribunal de Alçada em 1990. Por várias vezes, foi convocado pelo Tribunal da Justiça, substituindo nas Câmaras Cíveis. Como professor fundou o Colégio Estadual de Pitanga e lecionou no Ginásio Estadual de Ivaiporã (1970). Foi igualmente, por cinco anos, professor de Direito Processual Civil na Escola Superior da Magistratura do Paraná. Filho de Aloísio Guimarães Cleve e Henriqueta Cordeiro Cleve, o novo desembargador é casado com Dirce Merlin Cleve e tem três filhos.

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o soberano Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Município de Nova Laranjeiras, pelo transcurso em 16 de maio de 1999, de seus 9 (nove) anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Seus pioneiros sustentaram dura e prolongada luta para alcançar essa vitória, que vem se consolidando ano a ano com sua expressiva produção agrícola e pecuária.

Apesar das grandes dificuldades impostas pela situação econômica geral do país, o povo Novolaranjeirense tem mantido a posição de importância do município, justificando a homenagem ora proposta, para qual, respeitosamente convocamos os ilustres membros do Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Município de Cantagalo, pelo transcurso, em 12 de maio de 1999, de seus 17 (dezesete) anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 12.05.99

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O município resultou da emancipação de áreas do Município de Guarapuava. Seus pioneiros sustentaram dura e prolongada luta para alcançar essa vitória, que vem se consolidando ano a ano com sua expressiva produção agrícola e pecuária.

Merece o seu povo, a homenagem proposta, para o qual contamos com o apoio dos ilustres Pares e sua participação pelo voto unânime ao pedido.

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Município de Turvo, pelo transcurso, em 12 de maio de 1999, de seus 17 (dezesete) anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre os pioneiros do Centro-Oeste paranaense, basilaram todo o processo social e político de emancipação do Turvo, que tem justificado plenamente o movimento que a originou.

Pela expressão regional e estadual, merece o povo do Turvo a homenagem ora proposta, para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres Pares do Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para viabilizar a pavimentação asfáltica de trecho com aproximadamente 07 quilômetros, ligando o Município de Bela Vista da Caroba à localidade Esquina Gaúcha, no Município de Pérola D'Oeste.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste requerimento, à Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista da Caroba.

Sala das Sessões, em 12.05.99

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A estrada principal que dá acesso a sede do Município de Bela Vista da Caroba, é de calçamento comum, encontrando-se em péssimas condições, principalmente neste trecho de 7 quilômetros, totalmente esburacado.

A pavimentação asfáltica é uma reivindicação dos moradores e autoridades constituídas, que já encaminharam expediente e moções à Secretaria dos Transportes, sem entretanto, obter resultados positivos.

Trata-se de um trecho pequeno, de apenas 7 quilômetros, porém de importância primordial para o desenvolvimento do município, inclusive para evitar possíveis acidentes decorrentes da precariedade do atual acesso.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 40 (quarenta) unidades de Casas Populares no Município de Douradina, através do "Programa Casa Feliz", desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado do Senhor José Gonçalves da Silva, Prefeito Muni-

pal de Douradina (Av. Rio Branco, 470), ao Vereador Adonias Alves da Costa, Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320), CEP 87485-000.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Digníssimo Secretário Especial para o Desenvolvimento Educacional, solicitando, através da FUNDEPAR, a construção de uma Quadra de Esportes coberta, na Escola Estadual Cruzeiro do Oeste, no Município de Cruzeiro do Oeste.

Tal proposta pretende oferecer aos alunos que frequentam esse estabelecimento de ensino, melhores condições para a prática esportiva e aulas de educação física, uma vez que nos dias de chuva, frio ou sol forte, esta atividade é impraticável.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Prefeito Municipal (Rua J. E. Rezende, 686) e ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000 - Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares da Silva Neto, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a implantação da Penitenciária Industrial na Cidade de Umuarama.

A iniciativa do Legislativo Municipal de Umuarama, de autoria do Vereador Manoel João da Silva, pretende a criação de uma penitenciária nos moldes das existentes em Guarapuava e Cascavel, para aproximadamente 240 detentos, onde os mesmos possam cumprir pena próximo aos familiares, realizando sobretudo um trabalho interno na penitenciária industrial, que possa reintegrá-lo com melhores condições à sociedade, após o cumprimento da pena.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado do Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), aos Vereadores Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal e Manoel João da Silva (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma Viatura Policial, para a Polícia Civil do Município de Iporã.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhor Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677), ao Vereador José Sorilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal (R. Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforçando solicitação de providências quanto à situação das Delegacias de Polícia de Pontal do Sul, Ipanema e Praia de Leste.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

As Delegacia de Polícia de Ponta do Sul, Ipanema e Praia de Leste, encontram-se com sérias dificuldades, relatadas em relatórios constantes de processo protocolado sob nº 4.048.968-1, na Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Devido à grande necessidade de urgentes providências quanto ao caso, pedimos reforço através de expediente deste Legislativo Estadual à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos

da Família, reforçando solicitação de construção de lar de idosos e escritório para o CODAEC - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, localizado nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - CODAEC, localizado nesta Capital, tem prestado importante atendimento à pessoas carentes, através do atendimento direto às instituições que congregam os mais necessitados.

Conforme se pode observar de projeto anexo ao presente, há grande necessidade de construção de lar de idosos e escritório para atendimento. Buscando adquirir os necessários recursos para este projeto, protocolamos pedido na Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, sob nº 3.945.440-8, para o qual solicitamos reforço, através de expediente deste Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 907

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de recursos para o Projeto Feliz Idade, desenvolvido pelo Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(aa) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, vem desenvolvendo o Projeto Feliz Idade, que objetiva atender grupo de idosos carentes daquela comunidade.

Para o desenvolvimento do referido projeto, faz-se necessária a liberação de recursos financeiros da ordem de R\$19.588,65 (Dezenove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) que serão gastos conforme projeto específico já protocolado na Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família sob nº 3.945.183-2, e para o qual solicitamos reforço de solicitação deste Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, Senhor Doutor Desembargador Sydney Ditrich Zappa, solicitando

a Criação e Instalação na comarca de Francisco Beltrão, da Vara de Família e Juventude, Registros Públicos e, Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação contida no presente requerimento, justifica-se tendo em vista que a Comarca de Francisco Beltrão, possui 03 (três) Vara Instaladas, sendo 02 (duas) cíveis e 01 (uma) criminal. O Juizado Especial vem funcionando estritamente pela dedicação dos Senhores Magistrados (Cível), e Ministério Público (Criminal), ambos contando com a modesta colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil, que indicou os Conciliadores e Juizes Leigos, cujo desempenho é totalmente gratuito.

Vale ressaltar que no Juizado Especial Cível, tramitam hoje mais de 549 processos, enquanto no Juizado Especial Criminal são julgados mais de 400 processos por ano.

Informamos ainda que todos os processos ora em tramitação nesta Comarca temos a significativa soma de 6.751, e se fizermos uma triagem somente dos processos que fazem parte da "Vara Especializada" ora postulada, teremos o montante de 944 processos.

Neste sentido, contamos com o apoio dos demais Pares, para a aprovação do presente requerimento, para que a população de Barracão possa receber mais este benefício.

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em ata da sessão de hoje envio de correspondência à Exma. Secretária do Estado da Educação - Alcyone Vasconcelos Saliba, solicitando a implantação do Curso de Pós-médio, na formação técnica com ênfase em gestão rural no Município de Agudos do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Diante do abaixo assinado que segue em anexo, solicitando o Curso de Pós-médio na formação técnica com ênfase em gestão rural, a ser implantado no Município de Agudos do Sul.

O desenvolvimento agrícola do Município que irá adquirir novas técnicas, que possibilitará aumento da produção e qualidade com a mesma área de plantio.

Devido a necessidade de uma formação técnica aos nossos jovens, filhos ou não de agricultores, evitando desta forma evasão para outras cidades à procura de empregos.

A concretização do curso resultará em grandes benefícios aos agricultores e moradores, fortalecendo assim o Município que no decorrer de pouco tempo estará formando técnicos tornando-se auto-sustentável, devido a melhoria das técnicas de plantio e melhor uso do solo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 240/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de Educação de Trânsito no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º Grau do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Dados da FENASEG - Federação Nacional de Seguros revelam que R\$1 bilhão são gastos anualmente com danos em acidentes de trânsito, além dos bilhões de dólares que o Governo Federal gasta para tratar apenas das pessoas que ficam inválidas por causa dos mesmos acidentes.

O motorista brasileiro, de uma maneira geral, continua desconhecendo a legislação de trânsito, e por isso, não tem o mínimo respeito quando está atrás do volante de um veículo.

Apesar da mudança do Código de Trânsito (que entrou em vigor em janeiro de 1998 prevendo punições e multas graves) ter inibido o comportamento agressivo dos motoristas, por não ter sido promovida uma mudança na mentalidade de motoristas e pedestres, assim que eles perderam o "medo" voltaram a cometer infrações, o que resultou novamente num crescente número de acidentes de trânsito por todo o País.

Dados estatísticos mostram que em cada 100 acidentes, 90% são devidos a falha humana, 6% a falha do veículo e 4% por problemas na malha viária.

Somente em Curitiba o aumento no número de acidentes nos três primeiros meses de 1999 foi de 59% em relação ao mesmo período de 1998.

Foram 2.334 acidentes em área urbana, com 71 mortes. Uma média de 25,9 acidentes por dia, com uma morte a cada 30 horas. Um número maior do que os assassinatos no mesmo período, que somam 62 casos, representando 1,15 morte no trânsito para cada assassinato, em média.

Por tudo isso acreditamos que a solução para os problemas de trânsito seja uma só: Educação.

Nos Países de Primeiro Mundo, a Educação de Trânsito é uma realidade. As crianças deixam a escola cientes daquilo que vão encontrar na rua.

Portanto, por que não instalar a disciplina de Educação de Trânsito nas Escolas do Paraná, um Estado que sempre serviu de modelo para todo o resto do Brasil?

Não podemos aceitar que os governantes continuem a fechar seus olhos para as milhares de mortes que acontecem todos os anos nas ruas e estradas brasileiras.

Precisamos dar um basta nisso. O Paraná não pode mais ser conivente com esse tipo de violência.

As perdas materiais podem ser recuperadas.

As vidas humanas não!

PROJETO DE LEI Nº 241/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam proibidos a comercialização de armas de fogo e de projéteis dessas armas, bem como o porte de armas, em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos órgãos governamentais de polícia, aos órgãos de segurança, bem como às Forças Armadas.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública baixará, por resolução, as normas complementares para o fiel cumprimento da presente lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O crescente aumento dos índices de criminalidade e violência estão alarmando a população do Estado do Paraná.

São inúmeras as notícias veiculadas pela mídia escrita e falada a respeito da violência que hoje se faz presente, não só nos grandes centros urbanos, como também nos municípios menos populosos e até no campo.

A criminalidade é evidente em todo o País, atingindo indiscriminadamente, todos os segmentos e faixas etárias de nossa sociedade. Homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, estudantes e trabalhadores, não podem viver mais com tranqüil-

idade e o bem-estar e a paz social estão comprometidos com a violência.

O porte de armas de fogo, legal ou ilegalmente, é um dos principais fatores que intensificam, fortalecem e incentivam a impunidade e a proliferação de bandidos, seqüestradores, assaltantes e marginais no Estado do Paraná. A facilidade com que qualquer cidadão adquire armas de fogo, clandestinas ou não, é notória e extremamente preocupante.

A fiscalização do Estado, neste sentido, é precária, e o que se pretende com o presente projeto de lei é coibir todo e qualquer tipo de vendas de armas de fogo, de munições, e o uso dessas armas, como o porte legalizado.

A violência acarreta danos irreparáveis ao Estado, quer no sistema de saúde, com aumento considerável de ocupação de leitos nos hospitais, quer na área de segurança pública, com o problema de superlotação das cadeias e penitenciárias, quer no pagamento de indenizações aos familiares das vítimas.

O art. 5º da Constituição Federal vigente garante “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Proibir comercialização de armas de fogo, de munições para essas armas, bem como o porte de armas de fogo, é fator preponderante para assegurar aos que moram neste Estado o direito à vida, à liberdade e à segurança.

Estas são as razões deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 242/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Cristã de Moços de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã de Moços de Londrina, presta atendimento ao Clube da Terceira Idade, atualmente com mais de 120 idosos com idade acima de 60 anos, recebendo gratuitamente duas vezes por semana atendimento especial de professores da ACM.

Convênio firmado com a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina e a Universidade Estad-

ual de Londrina, proporcionando atendimento aos deficientes físicos e crianças portadoras da Síndrome de Down.

PROJETO DE LEI Nº 243/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná o “Grupo Folclórico Ucrainiano Kalena de Porto União da Vitória”, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, em seus aspectos constitucionais, legais e regimentais, encontra-se em perfeitas condições de merecer o apoio dos nobres Pares com o assento nesta Casa de Leis, pois atende integralmente os ditames da Lei Estadual nº 6.994 e suas alterações.

Quanto ao mérito, o “Grupo Folclórico Ucrainiano Kalena”, já há 30 honrosos anos vem atuando, mantendo vivos os costumes ucranianos através da demonstração das tradições, da cultura, principalmente pela dança, tão difundida pelo mundo inteiro.

Em sendo assim, colocamos a iniciativa, certos do acolhimento da proposta, por se tratar de matéria justa e meritória.

PROJETO DE LEI Nº 244/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio cobrado em postos ou praças instaladas em rodovias estaduais ou sob jurisdição estadual, os veículos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Paraná, bem como os pertencentes aos municípios e à União.

Art. 2º - Ficam igualmente isentos do pagamento da taxa de pedágio nos locais mencionados no artigo anterior os seguintes: as ambulâncias, os veículos utilizados para o transporte escolar e os de propriedade de entidades que prestem serviços filantrópicos sem fins lucrativos, e que sejam reconhecidas de Utilidade Pública Estadual.

Parágrafo Único - Aos veículos isentos, ficam assegurados as prestações de todos os serviços por

parte das concessionárias, estipulados no contrato de concessão.

Art. 3º - Caberá ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem cadastrar os veículos isentos de pedágio, fornecendo, anualmente, licença especial que deverá ser fixada no pára-brisa do veículo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer critérios para a isenção do pagamento da taxa de pedágio em rodovias pertencentes ao Estado e sob jurisdição estadual.

Atualmente, somente os veículos oficiais estão isentos do pagamento da taxa de pedágio e é grande o clamor para que as entidades com fins filantrópicos e os veículos que transportam estudantes sejam também beneficiados.

PROJETO DE LEI Nº 245/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Bela Vista do Ipê II, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Jardim Bela Vista do Ipê II, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 24.08.96, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Almirante Tamandaré/PR, à Rua Bragantino, 88 - Jardim Bela Vista do Ipê, Bairro Cachoeira.

Seus fins são culturais, religiosos, recreativo e de assistência social, atende pessoas necessitadas independentemente de credo religioso, político ou nacionalidade. Está cadastrada junto ao Ministério da Fazenda, com a inscrição no CGC nº 03.062.645/0001-47.

Sua diretoria não recebe qualquer remuneração ou bonificação, e está filiada a Central de Movimentos Populares (Ata da eleição em anexo).

Em anexo, relatório das atividades desenvolvidas e atendimentos prestados a partir de 24.08.96 até abril de 1999.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Venho com satisfação nessa tribuna, relatar que tivemos hoje pela manhã mais uma bela reunião da Comissão de Educação Cultura e Esportes dessa Assembléia. É a segunda reunião que acontece com a participação da maioria dos membros, com a participação de entidades convidadas e tivemos debates interessantes. Começamos a trabalhar às 10:00 horas e encerramos 12:35. Isso por conta da pressão para encerrarmos mais cedo.

Mas quero acima de tudo, dizer que o que acontece na Assembléia, que há um novo espírito que está acontecendo aqui, sobretudo, com a renovação do funcionamento das Comissões.

A Comissão de Constituição e Justiça liderada pelo nosso Deputado Basílio Zanusso, tem dado um ar novo com discussões bastante democráticas, as votações bastante abertas, assim como estão começando outras Comissões a fazer. Quero acima de tudo, falar da nossa Comissão de Educação, que é como Instituição uma Comissão, não é por ser o Presidente "A" ou "B" que funciona. Destacar aqui a presença e a vontade do Deputado Algaci Túlio pela contribuição efetiva e eficaz, insistente da Comissão de Educação nos debates com relação ao que está acontecendo, do Deputado Cleiton Kiesel com várias contribuições; Deputado José Maria que é uma das pessoas que estuda as questões da Educação. Ontem tive a oportunidade de ver na mesa do Deputado um livro que fala exatamente da relação do Banco Mundial e os Financiamentos. Deputado que estuda a questão e às vezes escondido dentro de quatro paredes estudando, analisando, isso não aparece não consegue se externizar esse trabalho tão intenso. O Deputado Pastor Edson, que estava lá assíduo, antes do horário, compareceu na nossa Comissão, assim como o Deputado Leônidas. Deputados que evidentemente com a sua experiência na vida profissional, em outros parlamentos, mas vem aqui com a vontade de contribuir enormemente com a Comissão, me deixa muito satisfeito, coloca a Assembléia Legislativa num novo patamar. Isso é muito gratificante, é importante que a sociedade paranaense através dos nossos órgãos de imprensa fique sabendo que a

Assembléia tem alma, são as Comissões, entre elas a Comissão da Justiça, a Comissão de Educação, Comissão do Meio Ambiente, Comissão dos Direitos Humanos que o Pastor Edson falou: - Queremos implementar a Comissão, quero já assumir o compromisso de estar aqui como membro da Comissão de Direitos Humanos, ser um colaborador de Vossa Excelência assiduamente, pode contar com o compromisso desse Deputado, porque queremos mostrar uma cara desse parlamento através das Comissões, uma cara nova desse parlamento.

Mas Senhores Deputados, hoje pela manhã na Comissão de Educação tivemos a presença da Professora Sueli Seixas, que já foi Secretária Municipal de Educação e atualmente é a vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, também o Dr. Jurandi, Procurador de Justiça do Ministério Público e Assessor Jurídico do Conselho Estadual de Educação. A Professora Zélia Marok representando a Secretária de Educação, Alcyone Saliba e a equipe de técnicos que se faziam presentes juntamente com a Professora Zélia. A Professora Elizabeth, Diretora da Escola Estadual Paulo Leninski, o professor Jairo, vice-Diretor dessa Escola Paulo Leninski, que veio com a contribuição de um Projeto de Educação Ensino Médio Modalidade Normal.

Mas, o que discutimos hoje pela manhã foi a questão que muitos Senhores Deputados estão recebendo correspondências, pressões, no sentido daqueles Cursos de Especializações em Faculdade, em São Paulo, que foi interdito o enquadramento aqui no Estado do Paraná, não podendo atender ao chamado Grupo GECET. A progressão funcional, exatamente por ter recebido denúncias e o enquadramento não aconteceu. Os professores não tiveram aumento salarial não tiveram novo enquadramento, e chamamos o Conselho Estadual de Educação para dar o seu parecer, chamamos a Secretaria do Estado, chamamos professores ligados a APP- Sindicato e fizemos o contraponto. E a Comissão tem uma relação Constitucional, exatamente, buscando a solução. Hoje, já se apontou uma solução para este caso, de que efetivamente essas faculdades não estão enquadradas no parecer do Conselho Federal de Educação. Portanto, o Estado do Paraná, provavelmente não vai efetivamente reconhecer esses diplomas das Faculdades das Cidades de Batatais e Jaboticabal.

Os Senhores Deputados já podem passar essa informação que não é uma informação oficial, mas tudo indica que será tornado oficial e essa Comissão, inclusive pode se manifestar nesse sentido.

Também tivemos uma moção aprovada do Deputado Kielse em que já se propõe a esta Assembléia a discutir a Educação a Distância. Existe uma proposta da UNDIME - União dos Dirigentes Educacionais dos Municípios do Estado do Paraná, que

já tem uma proposta de Educação a Distância, porque todos os professores leigos, atualmente, lá nos municípios deverão em breve se tornarem habilitados, sob pena de serem enquadrados num quadro de extinção aparte ou então sendo celetista deverão ser excluídos da função de professores. Exigência da Legislação Nova da Educação Lei nº 94/96.

Enfim, mostra que esta Comissão esta presente com os debates, está atualizada, as transformações com a educação está acontecendo, e temos uma relação absolutamente institucional.

Eu, como Deputado me reservo a independência e a condição de oposição, ter uma visualização da questão educacional diferente, mas queremos conduzir a Comissão do ponto de vista institucional e valorizar os debates que aí estão colocados, convidando os vários setores da sociedade para fazer os contrapontos.

O Sr. Algaci Tulio

Quero dizer Deputado Irineu Colombo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que se tem algo que gratifica o Parlamentar é realmente ele poder participar, é realmente ele se envolver no assunto que diz respeito ao Estado do Paraná, até mesmo ele sendo leigo em determinada matéria, em determinado assunto.

Claro que na área de educação, como na área de segurança, na área de saúde não é necessário que seja técnico, especialista, mas é uma área que todos nós, até como obrigação política, temos que entender pelo menos o mínimo em relação a estas áreas.

Quero dizer a Vossa Excelência que a cada dia nos surpreendemos mais pela sua maneira de atuação, pela sua maneira com que conduz a Comissão de Educação, Cultura e Esportes nesta Casa. Pela maneira como valoriza esta Comissão e não só a sua pessoa, mas todos os integrantes dessa Comissão que dela fazem parte.

É a segunda reunião da nossa Comissão, e eu cada vez aprendo mais e cada vez também procuro me envolver mais nos assuntos, mas cada vez mais admiro o seu trabalho, a sua conduta, totalmente imparcial, podem muitos até pensar, mas pô! o Deputado do PT, comandando a Comissão de Educação, que é uma área bastante complicada do Governo do Estado, da politização dos professores, essa coisa toda, mas Vossa Excelência dá uma demonstração, em primeiro lugar de imparcialidade, em segundo lugar, de respeito para com a Casa e para com os seus Pares. Isto podemos ver nessas duas reuniões, hoje em especial, com a presença das figuras mais destacadas da nossa Secretaria de Educação do Estado, só não estava a secretária, mas a Dra. Zélia Maroshi, é realmente

uma embaixadora da Secretaria, ela que sabe tudo, ela que coordena, ela que sabe discutir, não tem assunto que ela não saiba dominar. A presença da Professora Kioto também, presença da Professora Sueli Seixas, que foi Secretária de Educação do município, quando fui Prefeito em exercício, e vice-Prefeito de Curitiba, do Professor Jurandi, da Professora Bete e de tantas outras que Vossa Excelência já numerou aí, e ninguém sentiu cansaço, meu caro Deputado, das 2 horas e meia aproximadamente desta reunião, porque os assuntos foram apaixonantes, os assuntos foram interessantes, os assuntos discutidos não dizem respeito tão somente à vida do professor, à carreira do professor, mas muito em especial à juventude, à criança, ao nosso estudante.

Daí porque, Deputado Irineu Colombo, quero dizer da minha alegria, da minha satisfação. Essa mesma vontade de poder prestar serviços, de poder se envolver nos assuntos que dizem respeito ao nosso Estado, é a maneira também que pretendo, procuro trabalhar aqui nesta Casa, quando me envolvi com a Comissão dos Mananciais, estamos envolvidos, eu, Deputado Ângelo Vanhoni, Nelson Justus, Marcos Isfer, Takayama, Neivo Beraldin, Strapasson, na Comissão do Cólera, agora com a política de recursos hídricos, quer dizer, temos que valorizar esse trabalho da Casa, que não pode ficar restrito apenas ao debate do Plenário. É lá na Comissão, é lá que é o nascedouro do projeto, que é discussão, é na hora de fazer o parecer, é na hora de pedir vistas ao processo, e o Deputado dar o seu voto em separado. É lá realmente é a valorização da Casa, que nem sempre a população tem conhecimento disso.

Acham que o que discutimos aqui em meia hora ou em 10 minutos de uma sessão, ou em 3, 4 horas, é o trabalho dos parlamentares. Não é não. É lá! Então, desde as 10 horas da manhã, reunidos, discutindo, ouvindo as pessoas, colhendo ensinamentos, como por exemplo hoje, o que trouxe à tona esta Comissão e Vossa Excelência certamente já colocou em parte, mas vai colocar mais ainda a situação dos professores que foram se especializar lá fora, em São Paulo, acreditando em determinadas faculdades, que depois aqui esse certificado não é reconhecido, a dificuldade que isso acarreta para o professor na continuidade da sua carreira, para os seus melhores vencimentos, para sua promoção inclusive. Esse foi um assunto que nós, por exemplo, desconhecíamos, que existem 4 sindicância que já foram colocadas pela Secretaria de Educação em cima de problemas envolvendo professores que passaram por estas faculdades, que achavam que estavam no direito de ter o acesso, a carreira, a melhoria salarial, e no entanto, duas faculdades não são reconhecidas pelo MEC, quer dizer, esse é o assunto importante que a Assembléia discute.

E nesse ponto, quero mais uma vez cumprimentá-lo dizer que Vossa Excelência conta sempre com a minha presença, que estaremos lá muito mais para contribuir do que propriamente para colocar alguma situação que possa ser embaraçosa, pelo contrário, estamos aí todos envolvidos, PT; PTB; não importa nesse momento o partido, o que importa na verdade, é procurar o melhor caminho para a educação do Estado do Paraná, ter a situação injusta que vivem alguns professores, hoje o exemplo dado pela Professora Bete que estava lá, que passou um ano inteiro, sábados e domingos fazendo o curso de especialização na Faculdade Espírita, ao passo que, outros professores foram a São Paulo, a Batatais, enfim a outras cidades, Assis, Bragança Paulista, Presidente Prudente, uma vez por mês e olha lá, mas tinha a sua presença lá garantida e no final pegaram o certificado, chegando aqui não tem a mesma qualidade que tem essa professora e de repente por uma questão de sorte são os melhores colocados.

Quero parabenizá-lo pela atuação da Comissão de Educação e dizer que pode contar com a nossa participação.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado. Vossa Excelência é uma das pessoas que dá brilho a esse tom de funcionamento eficaz da Comissão de Educação.

A informação é que duas faculdades, de Batatais e Jaboticabal não têm seus Certificados reconhecidos pelo Parecer 12/83 do Conselho Federal de Educação e dificilmente será aceito em qualquer Estado do Brasil para fins de especialização. É mais ou menos uma questão sacramentada. Estamos esperando o Parecer da Procuradoria de Justiça do Paraná que vai dar um parecer final. Há a sugestão da Comissão de Educação para que, constatado esse fato, se faça uma representação ao MEC e ao Conselho Federal de Educação, já que não podemos atuar lá, naquelas faculdades onde são emitidos esses diplomas, mas podemos representá-los para fim de disciplinar melhor essa questão e não trazer ilusões para os professores, mas aos professores que efetivamente fizeram especialização, 360 horas, no mínimo, seis meses de duração e que tenham Certificado expedido pelo MEC, aí sim a Comissão vai brigar para que sejam enquadrados e recebam enquadramento e recebam a remuneração correspondente.

Enfim, a Comissão de Educação volta a se reunir daqui a duas semanas e deveremos ampliar o debate sobre a questão da educação. Se os Deputados, tiverem dúvidas na implementação das novidades da educação no município com relação às escolas estaduais, que remetam à Comissão de Educação, que a Comissão não faltará com o com-

promisso de emitir o parecer ou encaminhar as questões solicitadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Está com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Ontem, o Deputado Braz Palma trouxe a esta tribuna, com o direito que lhe foi outorgado pelos eleitores do norte do Paraná, uma pesquisa de alta relevância, inclusive até vou convidá-lo para participar do meu programa que começa no dia 24 para todo o Brasil, sobre o tema de que o acidente automobilístico mata mais do que a bebida alcoólica, do que as drogas, do que qualquer forma de violência.

Descobri que não é só o acidente que mata. Deputados, não é só o acidente que mata. O dinheiro também mata. O dinheiro mata. Na semana passada, fui usado como “laranja”. Um policial do Paraná que dá a sua vida ao combate às drogas, chegou em casa. Antes, recebeu um telefonema dizendo: (telefonema anônimo). Vejam como é a cabeça, e às vezes pergunto se existe o crime perfeito. Não existe o crime perfeito. Ligaram para o policial e disseram que três traficantes de cocaína vão lhe matar.

Na hora o policial conversou com o delegado, o delegado ficou preocupado e falou: “Cuidado, se cuida!” Tudo bem. Eis o que acontece: ele chega em casa com a sua camionete, entra na garagem e eis que entram 3 homens. Dois, um de cada lado da camionete e o terceiro saca de uma pistola e lhe dá 3 tiros na cabeça. E ele caiu da camionete. Imediatamente ele é levado ao Hospital do Cajuru. Recebo eu, um bip. O policial, conheço o policial, excelente policial o Nelson Antônio Bento, imediatamente eu falei: O que fizeram com o Nelson? Realmente ele é um policial que dá a sua vida no combate às drogas. Saio de casa correndo, Deputada Serafina, imediatamente saio correndo com os meus repórteres e vou ao Hospital do Cajuru e encontro a Senhora Ana Lúcia de Souza Bento de 28 anos de idade. Quando entrei no corredor, Deputado Annibelli, a mulher estava descabelada. Ela chutava a porta: -“Este Governo não presta. Este Jaime Lerner não presta! Este Secretário de Segurança que matou meu marido! Porque os policiais ganham mal e o meu marido foi assassinado!”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa solicita a Vossa Excelência que, por gentileza, se utilize da tribuna.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Estou utilizando da tribuna, Senhor Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem me referia no encaminhamento da votação de uma Comissão para averiguar os estragos na Fazenda de Querência do Norte, no sentido de que não podemos aceitar essa tentativa não apenas estadual, mas, nacional, de criminalizar, de isolar completamente o movimento pela reforma agrária através de um de seus instrumentos que é o MST.

Se assistimos os noticiários de televisão da grande mídia brasileira, vamos ver que há, claramente, este objetivo. E por isso questionamos, no debate, os pressupostos da própria Comissão que foi formada nesta Casa, já que no seu requerimento como justificativa se colocava de antemão, sem nenhuma análise, que era o MST o responsável pelos estragos nas fazendas ocupadas.

Hoje, subo à tribuna, em primeiro lugar para ler um documento da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores sobre a violência no Paraná, que vem expresso nos seguintes termos:

“NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT SOBRE A VIOLÊNCIA NO PARANÁ

O Governador Jaime Lerner determinou o cumprimento, “mam militari”, de mandados de despejo de fazendas ocupadas pelo MST. Aparentemente, trata-se de cumprir uma ordem judicial. Mas, na realidade, trata-se da quebra de uma política pactuada através de inúmeras discussões com várias instâncias da sociedade civil, partidária e das igrejas, que corresponde à visão de que as ocupações de terras são o reflexo de um gravíssimo problema social e não uma questão de polícia. Um tácito acordo de todas as instâncias responsáveis, inclusive o Legislativo e o Judiciário, dosava o cumprimento dos despejos com as possibilidades de conseguir um destino às famílias acampadas, que, pela Constituição, têm direito a um pedaço de terra para viver.

Para atender às pressões dos fazendeiros da UDR, o governador Jaime Lerner sacrificou esse acordo pela política da violência que manifestou-se na manhã de hoje, 7 abril, sob a forma da truculência...

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Peço permissão para o Deputado, orador, para comunicar que neste instante determinei a prisão de guardas do trânsito que estavam ao redor da Assembléia multando os carros, num desafio a esta Casa. Prendi, estão presos e um deles vai relatar que foi mandado para cá.

(Aplausos)

O Guarda de Trânsito

Simplesmente o que tenho a dizer é que estou cumprindo ordens superiores da Corporação. Fui mandado fazer a Operação Padrão, e estava desenvolvendo o meu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Operação Padrão, coincidentemente é com a votação que estamos tendo hoje na Assembléia da anistia das multas. E estavam na faixa de segurança da Assembléia, dos cem metros que cabe à Assembléia zelar pela sua segurança. Avisei que iria prender, se eles abusassem com a Assembléia, abusassem, da autoridade da Assembléia. E estão presos aqui na Assembléia. Agora, vou soltá-los para que o chefe deles e o chefe deles saiba que aqui tem autoridade.

Muito obrigado!

Este guarda é educado, tem mais um que tentou resistir e está preso aqui na Assembléia, e podem ficar tranquilos Senhores Deputados. Já em determinada ocasião pretenderam invadir a Assembléia para tirar os professores, o Presidente era o Deputado Antonio Annibelli, nós resistimos também e não deixamos. E aqui não se fará abuso de quem quer que seja para denegrir a imagem da Assembléia e tentar humilhá-la.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segue-se a sessão, com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Continuando, Sr. Presidente.

"Para atender às pressões dos fazendeiros da UDR, o governador Jaime Lerner sacrificou esse acordo pela política da violência que manifestou-se na manhã de hoje, 7 abril, sob a forma da truculência. A região Noroeste do Estado foi isolada, mas há notícias de dezenas de prisões, inclusive de crianças. Os pertences dos despejados foram destruídos e, em flagrante desrespeito ao direito constitucional de ir e vir, os sem-terra estão sendo colocados em ônibus e enviados para diferentes cidades. Há grande preocupação com os "brasiguaios" ameaçados de serem conduzidos

para fora do país, numa reedição do desterro colonial.

O PT repudia esse gesto do governador do Paraná e está convocando seus parlamentares e militantes para denunciar este ato de barbárie, a fim de responsabilizar politicamente e judicialmente o Governador Jaime Lerner e todos os que tiverem tido participação nos atos de violência contra os trabalhadores sem-terra.

Comissão Executiva Nacional do PT

São Paulo, 07 de abril de 1999".

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é apenas a Comissão Executiva Nacional do PT que se manifesta contra este ato cometido em Querência do Norte. Temos em nossas mãos um Ofício encaminhado ao Governador do Estado, da Câmara Municipal de Querência do Norte, assinado pelos nove Vereadores daquela instituição.

Passa a ler para que fique nos Anais desta Casa:

"CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Estado do Paraná

Excelentíssimo Governador:

Senhor Jaime Lerner, Querência do Norte é mais uma vez palco de violenta tragédia, são 300 famílias de agricultores sem terra que perderam o direito de cultivar, ainda que precariamente, um pedaço de terra.

A ação de vossa política, sob o comando do Cândido Martins, é brutal. De forma perversa, homens, mulheres e crianças foram agressivamente arrancados de seus barracos de lona e obrigados a deitarem na grama fria, das 02:00 horas até amanhecer. Barracos foram queimados, junto com alimentos e os poucos utensílios que as famílias possuíam.

A situação do nosso Município é que nos sentimos sitiados aonde os Direitos Democráticos não estão sendo respeitados, não somos compostos apenas de agricultores sem-terra, citamos um exemplo onde um comerciante com o veículo de Hortegeiro ficou detido às três horas da madrugada até às 11:00 na PR 218.

Em relação às desocupações, a Câmara Municipal se preocupou com a lavouras implantadas que se encontram em fase de colheita, que estão sendo gradeadas e destruídas causando um enorme prejuízo ao Município e ao Estado.

Solicitamos que seja intermediado junto aos proprietários autorização para que seja feita esta colheita.

Solicitamos que seja autorizada a retirada dos poucos animais dos agricultores sem-terra, pois a polícia militar não está autorizando a retirada dos

mesmos, lembramos que estas pessoas são carentes e quase nada possuem. Não podemos concordar com estas atitudes. Qualquer pessoa dotada de sentimentos normais de fraternidade ficaria horrizada em vivenciar a ação dos vândalos cometidas pela polícia do Paraná. Os assentamentos e ocupações em Querência do Norte movimentam a economia local e o comércio e as poucas agroindústrias. Perseguições aos agricultores não vai ajudar em nada o Município. Por que os agricultores são tratados como criminosos?

Pedimos que seja designado com urgência um Promotor Público para que sejam respeitados os Direitos Humanos.

Exigimos:

- 1 - A libertação imediata dos agricultores presos;
- 2 - Retirada imediata de todas as tropas de Querência do Norte;
- 3 - Fim das perseguições aos trabalhadores;
- 4 - Fim dos despejos.

Querência do Norte, 10.05.99.

(aa) DALTO LUCIANO DE VARGAS

CARLOS BENVENUTTI

MARCELINO F. DE AZEVEDO

NORBERTO VICENTE LYRA

MARLI DIAS GONÇALVES

MISAEEL JEFFERSON NOBRE

GERSON PEIXOTO

JOÃO ROCHA DA SILVA

ANTÔNIO LEODI SABOT"

Repito, leio estes documentos para que fiquem registrados nos Anais da Assembléia neste momento tão triste e tão negro da história do Paraná. Para mostrar que nem todos compactuam com esta violência e com a criminalização daqueles que nada mais querem que um pedaço de chão para poderem produzir, trabalhar e viver em paz.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa esclarece aos Senhores Deputados, a pedido do Deputado Anibal Khury, que no nosso Regimento Interno, artigo 109, o policiamento do edifício da Assembléia e suas dependências compete privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

Por esta razão é que nos solidarizamos a atitude tomada pelo Presidente Anibal Khury.

Por outro lado quero aproveitar esta oportunidade para esclarecer que esta Presidência tem procurado levar com a maior isenção de ânimos, procurando em todos os momentos dar a qualidade de vida e o respeito que devem os Senhores Deputados e temos o dever, no momento que ocupamos esta cadeira, de preservar pelo bom andamento da

Sessão. Temos insistido que não vamos permitir Deputados sem gravata, Deputados lendo jornais durante a Sessão e que respeitem, por favor, aqueles que usam a tribuna. Lamentamos, de toda a maneira, que nosso irmão e companheiro, Luiz Carlos Alborghetti, tenha se sentido ofendido ao solicitarmos que utilizasse os microfones, até por que sem os microfones nós privaríamos do discurso do companheiro Luiz Carlos Alborghetti.

O objetivo desta Presidência será sempre enaltecer, fazer com que a ordem e o respeito das Sessões sejam cumpridas e nós vamos utilizar de todo o rigor possível para que isto aconteça.

No Horário das Lideranças: PL, PSDB.

(**Declinam**)

PMDB com a palavra Deputado Orlando Pessuti.

A Mesa, com satisfação, anuncia a presença, a pedido do Deputado Belinatti, do Vereador de Assaí, Januário Silvério. Seja Bem-vindo, Vereador.

Como também anuncia a presença da vice-Presidente Nacional da região sul, Shirley Pissioni, a pedido do Deputado Ademir Bier. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queríamos, no início desta nossa manifestação de hoje, nos reportar um pouco ainda sobre o acontecido na tarde de ontem nesta Casa, quando o Plenário, evidentemente nas suas atribuições de votação e em respeito a maioria que existe nesta Casa, decidiu pela criação de uma Comissão Especial para avaliar as reintegrações de posse ocorridas no Estado do Paraná.

Quero mais uma vez, de forma definitiva, dizer em meu nome, em nome da Bancada do PMDB que represento neste momento, que o PMDB nunca foi e nunca será contrário a qualquer tipo de vistoria, seja de parte do INCRA, seja de parte da Secretaria da Agricultura ou de Parlamentares. O PMDB se posicionou contrário ao requerimento ontem apresentado e aprovado, de uma Comissão Especial por entender que naquele momento estava se desmerecendo e até desrespeitando a Comissão Permanente que existe nesta Casa, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, presidida pelo companheiro da Bancada Peemedebista, Deputado Nereu Moura.

Quero também mais uma vez lamentar que pedidos de esclarecimento, de informações, que deveriam estar publicados de forma bastante clara para conhecimento e interpretação fácil para toda a população paranaense, que estas informações nos tenham sido negadas em função da reprovação, da rejeição de três requerimentos que fizemos, pedindo

esclarecimentos sobre despesas e receitas publicadas no balancete relativo ao ano de 1998.

Quero, por fim, dizer que no dia de ontem e no dia de hoje, fomos procurados e tomamos conhecimento da iniciativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com origem na Bancada Governista aqui da Assembléia Legislativa, que visa elucidar, desvendar, buscar todas as informações que se julga necessário na operação de compra de ações por parte da COPEL, ações pertencentes a SERCONTEL, Serviço Telefônico do Município de Londrina, envolvendo conseqüentemente a Companhia Paranaense de Energia, a COPEL, a SERCONTEL de Londrina, a Prefeitura Municipal de Londrina e o Banco FONTECINDAN, conforme exposição do requerimento já firmado por dezenas de Parlamentares.

A Bancada do PMDB nunca se recusou a assinar qualquer proposta de CPI neste mandato ou no mandato anterior. Pelo contrário, no mandato anterior, por diversas vezes, junto com o Partido dos Trabalhadores e outros Parlamentares, tentamos, nesta Casa, instalar a CPI do BANESTADO Leasing, a CPI da BANESTADO Corretora, a CPI das Montadoras, a CPI do Banco Del Paraná e a CPI do Banco do Estado do Paraná. Em nenhuma dessas oportunidades conseguimos o êxito esperado porque não conseguimos obter o mínimo de assinaturas exigido, que é de dezoito assinaturas.

O PMDB, neste momento, não se recusa a assinar esta proposta em cima da operação COPEL/SERCONTEL/Prefeitura Municipal de Londrina/Banco FONTECINDAN. Não se recusa porque nunca se recusou ao processo de investigação através de CPIs por ser ele mais legítimo na atuação fiscalizatória do Parlamento. Não concorda, o PMDB, através dos seus membros, que venhamos a assinar essa proposta de CPI da COPEL/SERCONTEL no mesmo instante em que aqueles que estão trabalhando pela coleta de assinaturas não se oferecem e não se liberam para assinar a proposta da CPI que estamos trabalhando nesta Casa, que é a proposta da CPI do Pedágio. Faço uma ressalva no caso do Deputado Tony Garcia, que me disse em duas oportunidades que o procurem, que se levamos a ele quinze assinaturas, ele se responsabilizará por mais três da Bancada do PPB, para que o número mínimo de dezoito seja atingido.

Faço esse esclarecimento e colocando ainda mais, que o PMDB assinará sim essa proposta de CPI da COPEL, desde que ela seja uma CPI que alcance, que analise, que investigue todas as operações de compra e venda de ações que a COPEL realizou ao longo da sua existência. Assinará também essa proposta de CPI, desde que os companheiros Parlamentares, que já assinaram a CPI da COPEL/SERCONTEL/FONTECINDAN/Prefeit-

ura Municipal de Londrina, também assinem a nossa proposta de CPI do Pedágio; ou que ainda, numa última condição, que se assegure o direito mais legítimo das minorias, representada pela Bancada de Oposição, a indicação do Presidente ou pelo menos do Relator desta Comissão.

O Sr. Caíto Quintana

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Pessuti, folgo em saber que Vossa Excelência conduz por esse caminho a condição de participação do PMDB nessa Comissão, por que CPI é instrumento de oposição, de minoria, é tão instrumento de minoria que não conseguimos instalar uma CPI durante o período em que somos Oposição nesta Casa. E para não termos pedidos de aparte a Vossa Excelência, nos acusando de que quando fomos Governo também procuramos obstaculizar CPIs, como não nos permitem agora a maioria, passado um mandato e mais um ano. Portanto, a participação da Oposição não pode ser apenas para dar a coloração de oposição a uma CPI.

Nós, da Oposição, temos que ter a Presidência ou a Relatoria. Para quem pede uma CPI, com a maioria das assinaturas de base de apoio ao Governo, evidentemente não pode, como estão fazendo, se negar eticamente a permitir o andamento das CPIs propostas pelas oposições.

Gostaria de entender qual é o objetivo que há atrás disso. A base de apoio ao Governo tem 41 votos sistemáticos e constantes. Ora, a COPEL tem o controle do Governo do Estado. Portanto, saber como, porque e de que jeito aconteceu, o Governo pode fazê-lo sem CPI. É muito mais fácil que fazendo vazar.

Preocupa-me o fato de que a SERCONTEL, que é do Município de Londrina, tenha como Prefeito o marido da vice-Governadora do Estado do Paraná. Esta forma não vejo como a base de apoio possa ter uma CPI instalada, sem ter a aquiescência do próprio Palácio. Se tiver que levantar a questão do negócio COPEL/SERCONTEL, vamos mais longe nesta CPI, não só nesse negócio da COPEL/SERCONTEL, mas em todos os outros negócios envolvendo a COPEL. A CPI deveria ser colocada para a tingir a COPEL durante o período de negociação com suas ações na Bolsa. Aí é legítimo. Caso contrário, o Governo tem suficiente condição de levantar a questão da COPEL e da SERCONTEL, como bem quiser, com ou sem CPI, senão está me parecendo que isso é uma grande bola de saibro, para razões que não são as mais legítimas a serem conduzidas numa CPI.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, pelo aparte que me ofereceu, por que ele vem justamente em somatória aos esclarecimentos que estamos prestando a esse Plenário, por em mais de uma oportunidade, nesta tribuna compareci, convocando a todos, pedindo a todos os Parlamentares que se somassem a nós na propositura da CPI do Pedágio.

Quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, para que fique por inteiro esclarecido, que quando ocupávamos o Governo do Paraná e este Parlamentar a Presidência da Assembleia, todas as CPIs apresentadas, dentro dos critérios regimentais, foram acolhidas e instaladas. Algumas que foram apresentadas após o número regimental de cinco, foram encaminhadas a Comissão de Justiça, na forma de projeto de resolução e, posteriormente, tiveram deliberação do Plenário. E, me lembro ainda, que quando no exercício do Governo em outubro de 94, e o Hermas Brandão presidindo esta Casa, já que meu primeiro vice-Presidente era ele, naquela oportunidade dois atos foram baixados pelo Presidente, instalando mais duas CPIs, que estavam além das cinco e que tinham recebido manifestação aqui no Plenário, todas as que foram propostas naquela ocasião, foram acatadas por esta Casa e tiveram a sua tramitação.

O PMDB nunca se recusou, e não se recusa nesse caso específico.

Porém, gostaria que o requerimento que está sendo proposto pudesse incluir não só essa operação, COPEL/SERCONTEL, mas que incluísse todas as operações de venda, para que pudéssemos saber quantas ações já vendeu a COPEL, quanto já se apurou e como está a situação acionária da COPEL, neste momento. Se não por este caminho, que então, pelo menos, assinem também a nossa CPI do Pedágio, porque afinal de contas, a CPI que está se propondo é para avaliar um negócio de 186 milhões, e a CPI do Pedágio é para avaliar um negócio de mais de 20 bilhões!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento a dizer que, até estando fora do mérito do que Vossa Excelência está discutindo, que a Assembleia Legislativa do Paraná precisa, urgentemente, assumir aquele papel de Poder fiscalizador. Há poucos instantes assistimos o Presidente da Casa, até emocionado, fazendo valer a força do Poder com relação a arbitrariedade da própria Prefeitura do Município de Curitiba, na medida em que parece que o Legislativo virou um saco de pancadas.

Assinei esta CPI COPEL/SERCONTEL, que já foi protocolada, porque tenho interesse em defender o povo de Londrina e não poderia me furtar de dar meu apoio. Estamos vendo lá, em alguns segmentos da televisão local, uma verdadeira luta de boxe, entre a população e a Assembleia Legislativa do Estado, do qual todos estamos fazendo parte. E incitando, inclusive, a população, literalmente, agredir os Deputados, agredir literalmente, no braço!

Então, quero dizer que se a Casa não tiver condições de manter a sua posição, de fazer valer o seu poder, vamos passar aqui em branco, sem cumprir a real função que temos.

Acho que Vossa Excelência defende aí a CPI do Pedágio, já como Deputado e como cidadão tenho a minha posição pessoal, acho que a Casa tem que averiguar, na medida em que há uma reclamação generalizada do povo do Paraná. E aí não se trata nem de duvidar, absolutamente, da honorabilidade de qualquer Governo ou qualquer dos Governos que passaram por aí pra fazer estas negociações.

Com relação especificamente, a COPEL e SERCONTEL, eu, como Deputado de Londrina, tenho é que liderar este movimento, na medida em que estou aqui, ao lado do Deputado Alborghetti, tendo a necessidade de mostrar a nossa cidade, a cidade que confiou a nós um mandato, de fazer a investigação, o real papel nosso é de fiscalizar.

Acho que a Assembleia não pode deixar passar uma oportunidade como essa de fazer valer o poder que temos, haja vista até o exemplo dado há pouco pelo Deputado Anibal Khury, que agiu para defender o Poder, ou então daqui a pouco não estaremos só sendo invadidos - como vimos hoje - mas daqui a pouco estaremos sendo agredidos, como se prega na televisão local da Cidade de Londrina.

Era isso, Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte, Deputado Moysés Leônidas, e repito mais uma vez, Deputado: não nos recusamos e poderemos até, na sequência, porque isso o Regimento nos assegura, a pormos as assinaturas dos Deputados do PMDB nessa proposta de instalação de CPI COPEL/SERCONTEL. Mas gostaríamos que também os Deputados nos auxiliassem para que pudéssemos instalar a CPI do Pedágio, para que pudéssemos ampliar as investigações nas operações realizadas pela COPEL e quem sabe, se assegurasse às oposições uma participação efetiva, numa CPI, dando à oposição, pelo menos, a presidência ou a Relatoria dessa Comissão.

Concedo aparte do Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Concordo com o Deputado Moysés, porque Vossa Excelência, dentro deste Parlamento, por querer instalar essa CPI, não pode sofrer represálias de quem quer que seja. Ninguém tem autoridade de afrontar este parlamento que não é nosso, é do povo do Paraná.

Queria dizer ao Deputado Moysés que realmente em Londrina, um canal de televisão - e tomei a precaução à noite, preocupado liguei para o Deputado Nelson Justus, na sua residência, e ele ficou abismado com o relato que fiz. E o Deputado Nelson Justus, imediatamente, tomou as providências. Não comuniquei o fato ao Deputado Anibal Khury, porque ele estava doente, mas comuniquei o fato ao Deputado Nelson Justus. Eu disse: "Esta Casa não pode ser ridicularizada e afrontada". Um apresentador de televisão amarrou um sapo, escreveu "Assembléia Legislativa", Deputados, e convidou todo mundo para dar pancada no sapo, batendo em todos os Deputados Estaduais e Federais. Isto é uma afronta contra este Poder, isto é uma vergonha!

Então, parabenizo o Deputado Nelson Justus, que na hora ficou mudo no telefone, parece que não acreditou. Pedi que requisitasse a fita, para que mandasse a esse parlamento. É a mesma coisa, Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência pedia a CPI do Pedágio, for passar no pedágio e ser preso. Vão querer afrontar Vossa Excelência, é a mesma coisa! Só porque estamos votando o projeto do Deputado Ricardo Chab, como o Deputado Anibal Khury anunciou, caixa dois, e esses guardas vêm aqui, entram na Assembléia, daqui a pouco eles estão invadindo as nossas garagens e multando os carros que estão estacionados dentro dos nossos estacionamentos.

Então, admiro a coragem do Deputado Anibal Khury, esta Casa tem dono, este Parlamento tem dono, o dono é o povo que nos eleger! E parabenizo Vossa Excelência como Deputado Municipalista, não pode ter medo de falar nesta tribuna e de expor suas idéias, doa a quem doer.!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte, Deputado Alborghetti, e mais uma vez reafirmo que esta Casa não pode se omitir, não pode deixar de cumprir o seu papel de fiscalizar a execução orçamentária, que é uma obrigação constitucional nossa, de implantar as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Finalmente, se vamos implantar a CPI da COPEL/SERCONTEL, que implantemos também a CPI do Pedágio.

Agradeço ao Deputado Algaci Tulio, pela solicitação do aparte, mas nosso horário já está esgotado. Oportunamente, continuaremos este debate.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados.

É de conhecimento público, principalmente dos parlamentares que estiveram comigo na Legislação passada, o posicionamento que tive, como Líder do PSDB, com relação a venda das ações da COPEL. E graças acredito, que aquela ação junto com demais pares do meu Partido e de vários partidos desta Casa, no estabelecimento contraditório, acredito que nós acabamos auxiliando o Governo do Estado.

Ação que naquela ocasião estava em torno de R\$6,70 (seis reais e setenta centavos). Seis meses depois estava sendo cotada na Bolsa de Valores a 22 reais. São assuntos que foram discutidos nessa Casa, como também nesse momento se fala da questão da privatização das multas, como também do pedágio, que está ocorrendo na faixa de domínio das estradas privatizadas. Enfim, o Parlamento do Estado do Paraná está cumprindo com a sua missão.

Por essa razão ocupo a tribuna nessa tarde, para falar de um assunto que vem me preocupando por demasia. Hoje, ainda pela manhã, ao falar com o Secretário da Justiça, ex-Deputado José Tavares, ele me falava da determinação, posso assim falar, do CRAF em privatizar a Penitenciária Industrial de Guarapuava. Mas falava-me como fato consumado. Então ocupo a Tribuna nesta tarde, pedindo o apoio de todos os Parlamentares, inclusive, fazendo um apelo a Comissão de Direitos Humanos, para que convoque o Secretário José Tavares, para que possamos debater este assunto aqui nesta Casa.

Particularmente não tenho absolutamente nada contra a privatização, até porque sou leigo no assunto. Mas quero estar convencido, quero que o Secretário José Tavares, me convença, como convença os demais pares desta Casa, da necessidade, das vantagens da privatização. Nessa conversa superficial que tivemos pela manhã, não fiquei convencido. E o que mais me preocupava é o que ele me dizia, que já é um fato consumado, porque o CRAF, assim estava determinando. Faço um apelo ao Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa. Todos nós somos entes políticos, não podemos aceitar, quero também aqui apelar ao líder do Governo Valdir Rossoni, o CRAF está cumprindo com seu papel, um papel importantíssimo nesse momento, em que os Estados vivem extrema dificuldades financeiras. Agora o CRAF não pode ter poder absoluto das decisões do Governo do Estado. Respeito as pessoas que compõem o CRAF, inclusive, algumas delas amigos meus de infância como é o caso de Giovani Gionédís, do Cid

Campêlo, Joel Coimbra, Miguel Salomão, mas independente da amizade pessoal, do respeito que tenho por essas pessoas, acredito que tanto eu, como todos os Deputados desta Casa, não concordam que o CRAF tome decisões definitivas, principalmente dos rumos que o Governo do Estado deve tomar. A questão da segurança pública, a questão da Justiça, principalmente das Penitenciárias é um assunto que realmente deve ser discutido, até porque nós não temos um único caso de privatização de Penitenciárias em todo o país. Faço esse apelo ao líder do Governo e também ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que faça um contato com o Secretário José Tavares, para que possamos debater esse assunto aqui nesta Casa.

O Sr. Ricardo Chab

Gostaria de fazer uma ressalva e dizer que na verdade a Comissão de Segurança Pública, o Sistema Penitenciário pertence à Secretaria de Justiça e não a Segurança Pública. Mas um pedido do Senhor, feito informal a Comissão de Segurança, demonstrando a preocupação, porque o caso é na tua cidade, no teu reduto eleitoral. Quero dizer aqui no plenário, que nós da Comissão de Segurança, todos membros da Comissão de Segurança vamos tentar uma reunião com o Secretário José Tavares, para perguntar porque o que acontece em Guarapuava, pode também acontecer em outros presídios, como o caso da Penitenciária Central do Estado, enfim, presídios espalhados por todo o Estado. Seria oportuno nesse momento, em que pese a Comissão de Segurança Pública, para não ter nada diretamente ligados aos presídios, porque os presídios estão ligados a Secretaria de Justiça e não a Segurança Pública, cabe a Segurança Pública tão somente o policiamento extra-muro, porque interna muro lá dentro é o agente penitenciário, que é um membro da Secretaria da Justiça e não da Segurança Pública. Em face a preocupação do Deputado Cezar Silvestri, em face a preocupação da população de Guarapuava, quero deixar aberta a Comissão de Segurança, para que a Comissão de Segurança Pública, através de uma solicitação da vossa pessoa, possamos convocar o Secretário Tavares para vir explicar aqui na Assembléia, a respeito disso que o senhor coloca, que é uma preocupação, como é que o CRAF pode tomar decisões tão importantes que afetam todo o Sistema Penitenciário.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Acatando a vossa sugestão Deputado, pediria que fosse feito. Poderíamos fazer uma reunião mista entre a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Segurança para que o Secretário nos desse essas explicações.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado só para concluir o meu aparte. Sugiro que a gente convoque realmente a Comissão de Direitos Humanos, porque afeta a ela a questão das penitenciárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, faço uso da tribuna para responder ou colocar o nosso posicionamento quanto alguns questionamentos aqui levantados ou expressados no momento que alguns Parlamentares usaram a tribuna.

Quanto as informações ontem, negadas ao Deputado Orlando Pessuti, quero informar a esta Casa que as informações requeridas pelo ilustre Parlamentar é só buscar o Balancete é Publicado em Diário Oficial que ele terá lá todas as informações.

Na Liderança do Governo tenho procurado no decorrer que exerço a Liderança, prestar todas as informações aos Srs. Parlamentares. Então como informação e é do conhecimento do ilustre Parlamentar, que as informações antes requeridas por Vossa Excelência, estão no Balanço do Estado que foi publicado em Diário Oficial, e que está em poder da Assembléia Legislativa.

Quanto a questão, também, levantada aqui por um Parlamentar das desocupações, gostaria que esse assunto, pelo menos do meu ponto de vista, que fosse tratado com extrema seriedade que ele merece. Todos nós reconhecemos que vivemos no Brasil um problema sério, social de desemprego e que a questão da Reforma Agrária se faz necessário.

Agora subir a tribuna, fazer a leitura de documentos, fazer críticas ao Governador Jaime Lerner, pela sua ação que é uma determinação da justiça, acredito que é sem sombra de dúvidas querer desviar o foco do problema e da onde nós temos que discutir esta questão.

O Governador Jaime Lerner, simplesmente, Deputado, esta cumprindo uma determinação da Justiça. Diga-se de passagem as desocupações ou as reintegrações de posse determinadas pela Justiça, foram feitas com a maior cautela. Inclusive, o Governador Jaime Lerner vem sendo criticado por muitos porque ele tem sido cauteloso e prudente nas suas ações quanto a esta questão.

Então gostaria sinceramente, que esta questão da Reforma Agrária fosse, sim, discutido, mas não desviar do foco querendo levar este problema e querendo atribuir que o Governador Jaime Lerner é o responsável por esta questão.

O Governador Jaime Lerner está cumprindo a lei. Acho que seria importante já que o ilustre Par-

lamentar do PT tem essa preocupação seria bom chamar o Ministério Público aqui, para que nós pudéssemos discutir o porque é que foi determinada a reintegração de posse dessas propriedades.

Quem tem todas essas explicações é a Justiça. É importante que tenhamos responsabilidade, tenhamos seriedade e não façamos disso uma batalha política, porque sem sombra de dúvida, nós estaremos agravando ainda mais um problema social que nós temos neste país.

Quanto a questão da formação da Comissão, disse ontem e reafirmo hoje. Disse o Presidente Anibal Khury também. A formação dessa comissão tem um prazo determinado. Não vejo nenhum problema em que esta Comissão visite as propriedades, faça o relato do que viu "in loco" e esta comissão não tira a autoridade da Comissão de Terras que tem esta Casa. Podem sim, trabalhar as duas Comissões. Atribuir à formação dessa comissão uma culpa do governo é, sem sombra de dúvidas, querer tirar o poder de fiscalização dos Senhores Deputados. Acho que a formação dessa Comissão é salutar, importante e é o desejo do governo, porque quanto mais Deputados ou a Justiça acompanharem as desocupações, melhor será feito o trabalho.

Com aparte, o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Ontem quando esse assunto foi debatido aqui, vi Deputados estarecidos e muitos deles questionando a forma democrática e a legalidade desta Comissão. Cabe lembrá-lo e a todos aqui, que aproximadamente cinco ou seis anos atrás, mais precisamente no ano de 1993, também aqui foi instituída uma comissão especial, a pedido do PT para averiguar denúncias de funcionários da empresa Zattar no município de Pinhão que estavam agredindo os trabalhadores sem-terra e a casa deliberou favoravelmente e vários Deputados de vários partidos participaram.

Acredito que já é uma praxe na Casa, a formação dessas Comissões especiais. Aproveito o aparte e faço um apelo a Vossa Excelência e ao autor desse requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães. Conversava com o Deputado José Maria, líder do PSDB e ele me dizia que o PSDB não participa dessa comissão e gostaria de participar. Pediria ao Deputado Plauto para que inclísse o PSDB e ficasse mais democrática ainda, essa Comissão.

Obrigado.

O Sr. Nereu Moura

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura e faço das palavras do Deputado Silvestri uma reivindicação minha para que se aumente um membro nesta Comissão, para que o PSDB possa fazer parte e acho justo.

Com parte, o Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado, Vossa Excelência, no início do seu pronunciamento com muita clareza, que o problema grave do Brasil é um barril de pólvora e, no início do mês passado, aqui desta tribuna, teci comentários elogiosos ao governador Jaime Lerner pela maneira como ele administrou a questão agrária do nosso Estado.

Mesmo sendo oposição ao Governo do Estado, tenho que reconhecer que o Governador Jaime Lerner agiu de forma prudente com a questão agrária, até agora. Disse e volto a dizer que o que nos preocupou com relação a essas desocupações foi o impedimento de que a imprensa pudesse acompanhar, da forma mais democrática possível, como o governador Jaime Lerner conduziu o processo da questão agrária no Paraná até agora evitando o confronto e o derramamento de sangue que é o que todos nós não desejamos.

Com relação à Comissão especial que foi instalada aqui, não temos nada contra, porque a Comissão de Terras que presidimos, vai fazer o seu trabalho normalmente, regimental. Na semana que vem iremos fazer uma pauta de atividades. A Comissão de Terras irá elaborar e apresentar seminários aqui neste Parlamento, trazendo o Movimento dos sem-terra, trazendo os proprietários de terras, para que a gente possa junto com o Governo do Estado e com as entidades representativas, apresentar soluções ao Governo e à sociedade, de forma que não temos absolutamente nada contra a Comissão e o PMDB se fará presente nela através do eminente Deputado Antonio Annibelli, que falará em nome do nosso Partido e também irá contribuir para fazer essa atribuição que foi solicitada no requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Nereu Moura quero reafirmar a Vossa Excelência que a mesma prudência até agora que teve o Governador Jaime Lerner, ele continuará tendo. A mesma prudência, a mesma cautela, o mesmo cuidado porque sabemos da gravidade que é esta questão e que tem que ser tratada com muito cuidado. Quanto à presença da imprensa, quero dizer a Vossa Excelência também e reafirmar, aqui, de que o Governo não tem nada contra da presença da imprensa nessas desocupações. É uma determinação da Justiça e seria muito importante a presença da Imprensa, do Ministério Público, dos Senhores

Deputados para que a ação fosse feita de uma forma democrática e sem derramamento de sangue. Esta é a grande preocupação do Governador Jaime Lerner. Se não o governador Jaime Lerner, sem sombra de dúvida, se não tivesse essa cautela e este cuidado e é um cuidado até excessivo - por muitos achado, o Governador Jaime Lerner já teria agido antes. Por isso que estão sendo praticadas essas ações com muito cuidado.

E Vossa Excelência pode ter certeza que qualquer ação de desocupação ou reintegração de posse será feita com esta mesma cautela que foi feita neste episódio.

Era só, Senhores Deputados.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Só gostaria de dizer que recebi na Assembléia, ontem, 4 fotos que comprovam, Presidente, a indústria da multa, que o senhor tem feito referência no jornal e que temos debatido neste Plenário. E vou mostrar a vocês, vou passar as fotos para que todos os Deputados possam analisar, como é impressionante! São fotos tiradas por um usuário de uma rodovia próxima a Londrina, de um veículo FIAT Uno escondido no meio do capim, mas escondido mesmo. Sem qualquer placa de advertência de que a rodovia é controlada por radar. Está ali, escondido no capim, para poder pegar, ou seja, recolher o dinheiro do bolso do cidadão paranaense. Não é nem multar, extorquir.

Na verdade não dá nem para ver se tem um carro ou não. Aqui comprova a indústria das multas que estamos levantando pela Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Findo o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Belinati, Hidekazu Takayama e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Inclua-se no respectivo projeto de lei, para ser apreciada pela Comissão Competente.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Durval Amaral e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior, solicitando constituição de uma Comissão composta por 07 (sete) Deputados, para estudar, analisar e dar pare-

cer conclusivo sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Peritos Independentes contratados pelo DER para análise das concessões do Anel de Integração e, tomar outras providências e pareceres que se fizerem necessários, sendo que esta Comissão, será composta pelos seguintes Senhores Deputados: Durval Amaral, Ademar Traiano, Tony Garcia, Edson Strapasson, Antonio Baratter, Ângelo Vanhoni e Nelson Garcia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está designada a Comissão que deverá se reunir e eleger seu Presidente e seu possível Relator.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que dispõe que os critérios tributários devidos em decorrência da Legislação do IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estada do DETRAN, lançados até 31 de dezembro de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Antes de aprovarmos o projeto por unanimidade, quero justificar ao Plenário a medida que tomei com relação aos guardas do DIRETRAN que estavam na zona da Assembléia multando. E, segundo eles, com ordem superior.

Mandei que eles viessem ao meu gabinete e um dos guardas disse que eu fosse lá atrás deles para que eles viessem, desafiando a autoridade da Assembléia. Determinei a prisão deles. os jornalistas que estavam me entrevistando, viram os acontecimentos, não foi verificada nenhuma violência e o que queria que eu fosse lá, acho que ele queria ser

imperador, que eu fosse lá falar com ele, esse resistiu e foi empurrado sem qualquer violência.

Quero dizer aos Senhores Deputados, mais uma vez, enquanto eu for Presidente desta Casa ninguém vai desafiá-la, quem quer que seja, parta da onde vier. O desafio que eles propuseram à Assembléia com o envio dos guardas é porque estamos votando esse projeto do Deputado Ricardo Chab. E realmente foi um desafio para nos intimidar, para mostrar que o DIRETRAN, tem mais força que a Assembléia.

Repito, além do Caixa 2, eles têm a caixa preta que ninguém sabe o que tem.

Por isso, Senhores Deputados, a votação unânime do projeto de lei do Deputado Ricardo Chab, não só representa a defesa do povo do Paraná, como um apoio a esta Casa.

Enquanto eu for Presidente da Assembléia, repito ninguém vai desafiar esse Poder.

Muito obrigado, projeto aprovado por unanimidade.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, para justificar o voto.

Senhor Presidente, votei, a bancada do Governo votou favorável e foi por unanimidade esta votação. Mas sei que cabe ao Líder do Governo muitos momentos espinhosos na defesa de algumas questões.

Gostaria de colocar aqui até para que justifique meu voto favorável, e não farei aqui de forma nenhuma e gostaria que Vossas Excelências que não estou aqui fazendo a defesa da atitude dos guardas que fizeram aqui descumprindo e querendo tirar a autoridade de Vossa Excelência, concordo com a atitude de Vossa Excelência, tem todo o meu apoio.

Quero só me referir à questão das multas das rodovias. Temos que ter aqui um pouco de cuidado, porque se nós aqui de repente inibirmos a fiscalização da velocidade em rodovias, vamos estar protegendo altas velocidades, acidentes que ninguém deseja.

Ontem, conversando com o Secretário de Transportes, o Secretário de Transportes está tomando todas as providências, para que abusos cometidos sejam levados, e quero fazer aqui um pedido aos Senhores parlamentares, de que abusos cometidos, ou provas, porque não é o Secretário de Transportes que está multando lá na rodovia, que sejam encaminhados à Secretaria de Transportes ou à Liderança do Governo, que as providências serão tomadas.

É importante que se ressalve que se existir uma fiscalização nas rodovias, é para o benefício da própria população. Isto é importante, porque senão vamos retirar, ou de repente inibir uma fiscalização aonde pessoas imprudentes estarão cometendo

imprudências, colocando vidas em risco e isso é importante que se diga nesse momento.

Não estou aqui de forma nenhuma querendo fazer a defesa de abusos cometidos nas rodovias. Peço aos Senhores Parlamentares que encaminhem à Liderança do Governo, abusos que foram cometidos, que as providências serão tomadas, Mas acho que temos que trabalhar nesta questão de fiscalização das rodovias com prudência, com responsabilidade porque a vida do cidadão paranaense que também está em jogo.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria só de fazer uma referência ao Líder do Governo, gostaria que o Líder do Governo apanhasse essas fotografias que estão comigo, e levasse para o Secretário de Transportes para que o Secretário observasse se isso aqui coíbe a violência do trânsito.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Ricardo Chab, estou me colocando à disposição de Vossa Excelência para encaminhar ao Secretário de Transportes, de forma nenhuma estou duvidando da sua denúncia.

O SR. RICARDO CHAB

Quero colocar aqui que, isso que se faz nas estradas do Paraná não inibe a violência do trânsito. O que inibe a violência no trânsito é a orientação, a educação e prevenção.

Então, isso que se faz na verdade, é tentar aumentar o caixa do DER com a terceirização das multas, está aqui oh! Comprovado.

Então, vou passar às suas mãos, Deputado Valdir Rossoni, o senhor entrega as fotos ao Secretário dos Transportes que vai analisar junto com a gente, se isso aqui é legítimo ou não. Isso aqui é totalmente legal. Porque o Código Nacional de Trânsito, Presidente, prevê que tem que haver obrigatoriamente a sinalização dizendo que a rodovia é controlada por radar. E aqui temos um automóvel particular sem característica de polícia, sem absolutamente nada, escondido no meio do mato, ora, enquanto sabemos, há um projeto nesta Casa, Deputado Durval Amaral, para levantar inclusive, foi um pedido meu nesta Casa, já foi feito à Secretaria dos Transportes para saber quanto arrecada essa empresa de multas, por mês? Qual é a comissão que ela tem por multa que destaca de minuto a minuto nas rodovias? Sem contar que há, e aí quero deixar aqui de novo, Deputado Valdir Rossoni, não sei se não há por trás disso toda uma coisa até maquiavélica para punir, não o motorista irresponsável, mas o motorista desinformado. Por quê? Ele sai do Anel de Integração que é de 110 e cai nessa BR, que é a 472, que vai a Londrina e que é 80

por hora. E essa BR-472, passei por ela outro dia, está melhor do que a pedagiada, muito melhor, quem passa por ali sabe.

Então, não sei se isso já não é feito para poder, realmente, aumentar a indústria da multa que estamos cuidando na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria, com a permissão de Vossa Excelência e com a aquiescência do Deputado Caíto Quintana, só dizer ao Deputado Ricardo Chab que de forma nenhuma duvidei da sua denúncia, só quis fazer aqui dentro do Regimento Interno uma justificativa de voto e colocando com toda a prudência que o assunto cabe. E coloquei claramente aqui que o Secretário de Transportes está aberto para receber as denúncias que por acaso um Deputado tiver.

Então, vou receber das mãos do Deputado Ricardo Chab, levarei ao Secretário dos Transportes, tenho certeza que as providências serão tomadas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quero a despeito do que eu vi, como justificativa de voto, Senhor Presidente, algumas colocações hoje, inclusive em algumas emissoras de rádio com pesquisa de opinião pública, inclusive, a respeito de multas. Queria colocar aqui que é bom que se coloque por inteiro como se procedem as multas, se diferencia, inclusive, a multa urbana da multa praticada nas rodovias, e se leva em consideração, Senhores Deputados, Deputado Chab, o valor das multas no dia de hoje que muitas vezes ultrapassam o valor do próprio automóvel, e muita gente depende de um fusquinha velho para trabalhar e para tirar o seu sustento. E o quê acontece na sequência? Ele é multado, não tem dinheiro para pagar a multa, conseqüentemente, passa a não reemplacar o carro, não pode fazer a vistoria do seu veículo, e aí sim, vai estar colocando em risco a vida dos demais motoristas porque o seu veículo não tem mais vistoria nem sequer emplacamento.

Ora, é inadmissível, e quero deixar o meu protesto nesta declaração de voto, a tercerização de multas, ela confronta, inclusive, com dispositivos legais onde o Estado o que ele pode prestar, ele não pode tercerizar. É inadmissível que um cidadão, viajando por uma rodovia, um veículo escondido num matagal, copie o número da placa e multe o cidadão. Por quê? Porque o lucro dessa empresa está diretamente ligado com a quantidade de multas que ele faz. E isso não tem nenhuma educação de trânsito. Isso, na verdade, é uma forma de aumentar os recursos de uma empresa. Portanto, voto consciente, parabenizo a matéria e entendo a

preocupação do Deputado Valdir Rossoni, que indiscutivelmente tem a missão como Bancada nesta Casa, líder do Governo, de tentar, já que a matéria que está votando aqui, dar uma explicação. Agora conselho não se dá e nem Vossa Excelência precisa, Deputado Rossoni, mas não chame para Vossa Excelência as reclamações sobre multas, sob pena de Vossa Excelência não ter mais tempo para trabalhar nos outros assuntos que são a competência exata do governo, porque vai fervilhar de gente aqui tentando entregar reclamações e pedindo soluções que não acontecerão, porque a multa após feita, só tem um caminho para resolvê-la é o recurso junto ao Conselho, porque, senão, vira politicagem: multa e alguém vai lá e pede para tirar a multa, e a multa é abonada, quer dizer, não pode. Então, tem que ter consciência na hora de multar e não na hora de recorrer contra ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Casa é unânime com referência a atitude de Vossa Excelência, tomada nesta tarde.

Somos também todos nós e não tão somente o Deputado Valdir Rossoni contra os abusos e principalmente as infrações de trânsito, sejam elas urbanas ou cometidas em rodovias estaduais.

Mas, Senhor Presidente, já estivemos em contato com sua pessoa em seu gabinete e estaremos na próxima semana trazendo a esta Casa, a este Paraná, o pedido para que se revogue a Secretaria dos Transportes este acordo mal feito, esta parceria infame onde 60% da multa entra para os cofres públicos e 40% fica para quem penaliza escondido, às vezes até num sentido irregular.

Não podemos, Senhor Presidente, quando temos uma Polícia Militar que é exemplo nacional, quando possuímos uma Polícia Rodoviária Estadual que é competente e honesta, trazer gente desconhecida, inabilitada e até irresponsável, para multar o cidadão paranaense.

Está faltando a este Paraná a vergonha na cara. Estão pensando em tercerizar tudo. O que falta, Senhor Presidente e Senhores Deputados é realmente um respeito às instituições. Possuímos a Polícia Rodoviária Estadual que é a autoridade maior das estradas, que é quem nos dá segurança, dá tranquilidade, orientação e quem também é exemplo à Nação.

Senhor Presidente, estaremos entrando na próxima semana com os dados subsídios que a sua pessoa e as nossas assessorias irmanamente irão trazer para que fatos como estes relatados pelo Dep-

utado Ricardo Chab e outros dezenas, centenas, milhares.

Também endosso as palavras do Deputado Caíto Quintana: Se o Deputado Valdir Rossoni vai receber as multas e reclamações, ele pode tratar de duplicar, triplicar ou requisitar do Palácio Iguaçu a sua assessoria porque não vai ter tempo de cuidar de mais nada a não ser multas do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Também queria, Senhor Presidente, da mesma forma que fiz ontem na tribuna, mostrar esta multa que foi aplicada a um condutor num pátio de igreja aos dez minutos da madrugada e referendar tudo aquilo que foi dito aqui e testemunhar a ação desta empresa que, com veículos descaracterizados e conforme as próprias fotografias mostradas aqui, cometem o abuso de flagrar motoristas em excesso de velocidade e que nada trazem de proveito na educação, na conscientização do mau motorista, porque esta multa só vai chegar até o motorista trinta dias depois que ele cometeu a infração.

Então, a conscientização e educação se faz na hora em que o carro da Polícia Rodoviária Federal ou Estadual está na rodovia e flagra pelo radar e mais de duzentos metros à frente faz o motorista parar, chama-lhe a atenção e aplica a multa. Assim é educação e não multa trinta dias depois, sem saber quem aplicou e de que forma esta multa apareceu.

Tem também o meu parecer favorável e também temos que verificar esta questão da terceirização. Verificar a fundo o Código Nacional de Trânsito, ver aonde está a legalidade para que o Departamento de Estrada e Rodagem permita esta terceirização. Isto é abuso e caracteriza o abuso do poder econômico, a indústria da multa e não educa absolutamente nada o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O projeto foi aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Assistência à Criança Excepcional Carente - ABECEC, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera a Lei nº 11.353/96, de 14 de março de 1996 e o Decreto nº 4.282, de 24 de abril de 1998 e dá outras

providências (Região Administrativa) (Região Médio Centro-Oeste do Paraná). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 051/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.353/96 (Região Administrativa) e Decreto nº 4.282/98 (Região Médio Centro-Oeste do Paraná).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Entretanto, oferecemos uma emenda para melhor adequação às normas legislativas.

Sendo assim, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 51/99 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica alterada a redação do "caput" do art. 1, da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996, excluindo-se do rol dos municípios alencados o Município de Sulina, que passa ser a seguinte:

"Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Guaraniaçu, Virmond, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Saudade do Iguaçu, Marquinho e Espigão Alto."

Art. 2º - O Município de Sulina retorna a jurisdição da Região Administrativa de Pato Branco.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Sec-

retaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede e foro no Município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 073/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Escritório Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, com sede no Município de Apucarana.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHIA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho e do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel localizado no Município de Maringá para o Recanto do Menor - CEMIC. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 27, de 15.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 176/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Serafina Carrilho, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel localizado no Município de Maringá para o Recanto do Menor - CEMIC.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/99, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativo ao exercício financeiro de 1998. PARECER FAVORÁVEL da C.T.C. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1998.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Edgar Bueno, José Maria Ferreira e Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 013/99

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição nº 13/99, dando conhecimento das atividades e controle das receitas e despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos balancetes mensais e Balanço Anual, verificamos durante o exercício financeiro de 1998.

Analísado o Relatório Anual das Atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias desta Casa e demais peças a ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável aprovado.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/99, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998. (Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983). PARECER FAVORÁVEL da C.T.C. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998, regulamentada pela Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Antônio Annibelli, José Maria Ferreira e Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 015/99

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição em epígrafe, prestando contas da Dotação da Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998, regulamentada pela Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983.

Analizado o relatório da aplicação da supra citada dotação e demais peças anexadas, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável aprovado.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/99, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Crédito para despesas dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998. (Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992). PARECER FAVORÁVEL da C.T.C. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do relatório de movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998, regulamentada pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Edgar Bueno, Antônio Annibelli, Ângelo Vanhoni e Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 014/99

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição em tela, dando conhecimento do relatório de movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1998, regulamentada pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992.

Analizado o conteúdo do referido relatório e demais peças anexadas, constatamos que tudo se encontra dentro de legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável aprovado.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Há um Requerimento solicitando uma Sessão Extraordinária, ainda na tarde de hoje, para apreciação e redação final do projeto do Deputado Ricardo Chab, 172/99, isso se caracteriza bem com a resposta a arbitrariedade que cometeram ao redor da Assembléia e mais outros projetos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Só, como o clima está muito agitado, o sistema nervoso, queria, a gente chega agitado aqui, com uma série de problemas, com uma série de multas, CPIS, então, queria pedir desculpas ao meu irmão, Deputado Nelson Justus, ele já me pediu desculpas e eu também vou pedir desculpas a ele, porque eu tenho o hábito às vezes de falar longe do microfone e como nós somos amigos não é por causa de um microfone que nós vamos discordar dos nossos ideais e da nossa maneira de ser. É porque sou uma pessoa muito humilde, prezo, nasci assim, vou ser assim, então peço desculpas a Casa, a todos os Srs. Parlamentares, porque a minha maneira de falar, sou muito agitado, sou agitado, então, como o Depu-

tado Nelson me pediu eu também peço que me perdoe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, requerimentos n^{os} 892 a 894, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n^o 898, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n^{os} 899 a 902, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n^{os} 903 a 907, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n^o 908, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n^{os} 910 a 912, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento 913, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n^{os} 917, 918 e 920, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n^{os} 921 a 923, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento 924, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n^o 172/99.

2^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n^{os} 10, 11 e 12/99.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 13 às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n^o 21/99.

2^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 51, 73 e 176/99.

1^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 128, 217 e 225/99.

Convoco os Srs. Deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Sra. Juril de Plácido e Silva Carnasciali, a realizar-se quinta-feira, dia 13 às 17:00 horas.

Levanta-se a sessão.